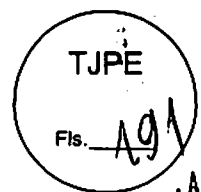




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 14222-71.2013.8.17.0000 (323849-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTES: SARAH CAMPOS VALENÇA e SEVERINO DE ASSIS VALENÇA
AGRAVADA: SORILANDE FREIRE DE GOIS

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINARES DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL E DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO ORIGINÁRIO. REJEIÇÃO. MÉRITO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PRÁTICA DE ESBULHO PELA EX COMPANHEIRA DO USUFRUTUÁRIO DO IMÓVEL LITIGIOSO. PROVIMENTO RECURSAL.

- Preliminar de intempestividade do Agravo de Instrumento. Considerando que o primeiro despacho não se referiu ao pedido de liminar, tendo apenas determinado marcação de audiência, o prazo para agravar deve ser contado da decisão que indeferiu aquele pleito. Rejeição;

- Preliminar de incompetência do juízo do primeiro grau. Inexiste conexão entre a Ação de Separação de Corpos e a de Reintegração de Posse. Rejeição;

- Mérito. Tendo o Agravante usufrutuário a posse direta do bem pertencente a sua filha, a presença não autorizada da Agravada no imóvel litigioso caracteriza esbulho, fazendo aquele jus à respectiva reintegração;

- Agravo de Instrumento provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **DAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

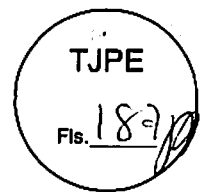
Sala de Sessões, em 28/05/14


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Salvete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 14222-71.2013.8.17.0000 (323849-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTES: SARAH CAMPOS VALENÇA e SEVERINO DE ASSIS VALENÇA

AGRAVADA: SORILANDE FREIRE DE GOIS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória (fls. 121), proferida pelo Juízo da 16ª Vara Cível da Capital, a qual, dentre outras determinações, indeferiu o pleito liminar dos ora Agravantes de reintegração destes na posse do imóvel objeto da lide.

A presente demanda reporta-se à Ação de Reintegração de Posse (processo 90249-92.2013.8.17.0001 - fls. 31/47), ajuizada pelos ora Agravantes para a desocupação do apto. 602, localizado à Rua Franklin Távora, 680, Campo Grande, Recife, por serem, respectivamente, legítimos nu-proprietária e usufrutuário.

Sustentam que Sarah Valença é proprietária do aludido bem, mediante escritura de doação (fl. 55), na qual seu pai, sr. Severino Valença, ter-lhe-ia transferido a propriedade daquele e quedado com o respectivo usufruto (certidão do RGI - fls. 52/54).

Alegam que o Agravante Severino iniciou namoro com a ora Agravada em 01.07.2005, sendo oficializada a união estável desde 01.07.2009, conforme escritura datada de 29.07.2011 (fls. 56), passando aquela a residir no mesmo imóvel de posse do seu companheiro.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Entretanto, o sobredito relacionamento ter-se-ia encerrado em 06.07.2013, após intensa briga entre o casal, nos termos do boletim de ocorrência juntado ao feito (fls. 81/84). Aquela teria resultando na expulsão do Agravante da aludida residência, forçando este a se abrigar, juntamente com sua irmã enferma, Sra. Lizete de Assis Valença (prontuário médico - fls. 59/79), na casa de sua ex-esposa, Sra. Dinah Castilho Campos, conforme declaração anexa aos autos (fls. 86).

Observada a impossibilidade de tratamento de sua irmã no imóvel onde estavam residindo temporariamente, o Agravante fora obrigado a interná-la em clínica geriátrica (fls. 88), tendo ele desenvolvido transtorno misto ansioso e depressivo, conforme atestado médico (fls. 128).

Em suas razões recursais (fls. 02/23), os Agravantes afirmam i) Ser legítimos proprietária e possuidor, respectivamente, do imóvel objeto da lide, restando precária, injusta e de má-fé a posse da Agravada sobre o aludido bem; ii) Ausência de comunicação do supracitado imóvel entre o Agravante e a Agravada, vez que o bem foi adquirido por aquele antes do início da união estável; iii) Aplicação do disposto no art. 1.641, II, do CC¹ (regime obrigatório de separação de bens), considerando que à época do reconhecimento da união estável o Agravante contava aproximadamente setenta anos de idade; iv) A Agravada possui imóvel próprio, inexistindo óbice, portanto, à desocupação da propriedade objeto de litígio.

¹ Art. 1.641. É obrigatório o regime de separação de bens no casamento:
II- da pessoa maior de sessenta anos; (Redação anterior dada pela Lei 10.406/2002)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Desta forma, pugnam pela atribuição de efeito suspensivo "... para que haja expedição imediata de mandado de reintegração de posse, na forma do que disciplina a primeira parte do art. 928 do CPC...".

Em decisão interlocutória (fls. 136/138), concedi o aduzido efeito, reintegrando o Agravante na posse do bem litigioso e determinando a intimação da Agravada.

Em suas contrarrazões (fls. 167/173), a Agravada suscita preliminares de intempestividade recursal e de incompetência do juízo de origem. No mérito, nega a prática de esbulho. Requer o improvimento do AI, com a condenação dos Agravantes às penas da litigância de má-fé.

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, independentemente de revisão.

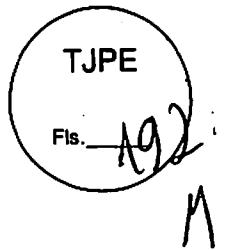
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 14222-71.2013.8.17.0000 (323849-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTES: SARAH CAMPOS VALENÇA e SEVERINO DE ASSIS VALENÇA

AGRAVADA: SORILANDE FREIRE DE GOIS

P 35

V O T O

i) Preliminar de intempestividade recursal.

A Agravada alega que o magistrado do primeiro grau teria indeferido o pedido liminar e designado audiência (fl. 182) por meio de uma decisão proferida anteriormente à que acarretou o presente recurso (fl. 181). Contra essa não teria recorrido; apenas, protocolado um pedido de reconsideração. Desse modo, considerando que o prazo para agravar deveria ser contado a partir da primeira apreciação, o AI ora em análise seria intempestivo.

Não assiste razão à Agravante. Por meio da primeira decisão (04/11/2013) o julgador apenas determinou a realização de audiência. A questão das características da posse e do respectivo indeferimento do pleito liminar somente ocorreu na decisão proferida em 27/11/2013 (fl. 179), cuja intimação se operou em 06/12/2013 (fl. 29). Tendo o AI sido interposto em 18/12/2013, não há que se falar em intempestividade.

Isto posto, **REJEITO** a preliminar.

É como voto.

Recife, 28/05/14


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

ii) Preliminar de incompetência do juízo de origem.

A Agravada sustenta que a competência para processar e julgar a ação de reintegração de posse que deu ensejo ao agravo em apreço é da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, pois para ela foi distribuída anteriormente uma ação de separação de corpos. Segundo a Agravada há conexão entre elas, porque o objetivo de ambas é a desocupação do imóvel litigioso.

De acordo com o art. 103, do CPC¹, duas ações são conexas quando têm em comum o objeto ou a causa de pedir. Não vislumbro referida peculiaridade, à medida em que em uma ação se discute a separação física de um casal e na outra, a posse de um bem.

Isto posto, **REJEITO** a preliminar.

É como voto.

Recife, 28/05/14


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

iii) Mérito.

Inexistindo elementos para julgar de modo diverso, encampo a linha de pensamento adotada quando da apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo. Desta forma, sigo os fundamentos expendidos naquela decisão interlocutória (fl. 136), para incorporá-los às razões de decidir adiante expostas.

¹ Art. 103. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lima de Moraes

TJPE

Fls. 103

Compulsando os autos, verifico que o caso concreto traz os seguintes fatos: i) Um homem idoso (fl. 27) com direito de posse reconhecido pela filha proprietária do imóvel litigioso e a ela doado por ele próprio em 18.07.2011 (fls. 52/55) com reserva de usufruto; ii) Uma união estável existente desde 01.07.2009 entre o Agravante e a Agravada, reconhecida em cartório em 29.07.2011 (fl. 56) e "desfeita" a partir de uma briga ocorrida em 06.07.2013, inclusive com queixa prestada em delegacia de polícia (fl. 81); iii) A permanência da Agravada no bem contra a vontade de seu ex companheiro possuidor e da proprietária, enquanto esse passou a residir "de favor" na casa de sua ex esposa e mãe da Agravante (fl. 86).

Processualmente, tem-se: i) A propositura de Ação de Separação de Corpos em 15.07.2013 (nº56257-43.2013.8.17.0001); ii) O ajuizamento da presente reintegratória em 30.10.2013, na qual o magistrado do primeiro grau negou a retomada liminar da posse (fl. 121), impondo ao Agravante uma longa espera pela realização de uma audiência de justificação prévia (marcada para o dia 04.03.2014, segundo pesquisa feita no Judwin).

Entendo que se foi preciso iniciar as duas ações, é porque houve resistência por parte da Agravada de retirar-se do imóvel, no qual somente foi morar em virtude da *união, agora* inexistente.

Embora o julgador tenha indeferido o pedido liminar feito na Ação de Separação de Corpos², está caracterizado o esbulho.

² Processo: 0056257-43.2013.8.17.0001. Ação: Separação de Corpos. Autor: Severino de Assis Valença. Réu: Sorilande Freire de Góis. (...). No caso em tela, os fatos narrados na exordial dão conta de que a situação atual vivida pelo casal é de desarmonia, no entanto não foram relatados casos de agressões físicas e morais que autorizassem a grave medida de afastamento da Suplicada do lar conjugal. (...) Isto posto, à míngua de provas colacionadas aos autos, indefiro a liminar perseguida...



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lima de Moraes

TJPE

Fls. _____

Se um dia a posse da Agravada sobre o imóvel litigioso foi permitida, deixou de ser, tornando-se precária³, a partir do momento em que brigaram e o Agravante perdeu o interesse em com ela dividir o lar.

O CPC possibilita o deferimento liminar da reintegração da posse, sem a oitiva da parte contrária, caso a inicial esteja suficientemente instruída, como entendo ser a hipótese dos autos.

.....
Art. 928. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

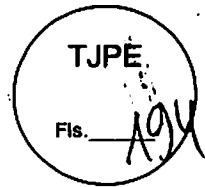
.....
Sendo assim, o julgado abaixo colacionado corrobora a postura ora adotada:

.....
AGRAVO DE INSTRUMENTO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - LIMINAR - AUSÊNCIA DE UM DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 927 DO CPC - INDEFERIMENTO. Ao autor da reintegratória incumbe provar a existência dos requisitos do art. 927 do CPC, dentre os quais se insere a posse sobre o bem objeto do pedido possessório, e o esbulho praticado pela parte adversa. Não demonstrado o esbulho praticado pela ré, deve ser indeferida a liminar pleiteada, ante a ausência de um dos seus requisitos. V.V- A liminar nas ações possessórias é uma medida provisória, independente de cognição completa, que não exige prova plena e irretorquível. Para outorga da tutela de liminar recuperandae possessionis, mister se faz que o requerente comprove sua posse anterior e o esbulho praticado pela parte ré a menos de ano e dia. Extinta a suposta união estável entre autor e ré, a recusa na restituição do imóvel construído pelo requerente

³ Posse precária é a daquele que recebe a coisa com a obrigação de restituir, e arrog-se a qualidade de possuidor, abusando da confiança, ou deixando de devolvê-la ao proprietário ou ao legítimo possuidor; esse vício da precariedade é tido a partir do momento que o possuidor precarista recusa atender à revogação da autorização concedida anteriormente. Disponível em <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1024>. Acesso em 07/01/2014. (g. n.)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



antes da relação more uxorio caracteriza esbulho, tendo em vista a posse precária da requerida. Presentes, em princípio, os requisitos para o deferimento da liminar, é de se manter a decisão interlocutória (Processo: 100900601246420031 MG 1.0090.06.012464-2/003(1). Relator(a): LUCAS PEREIRA. Julgamento: 14/02/2008. Publicação: 11/03/2008). (g. n.)

Ademais, em suas contrarrazões, a Agravada não demonstrou direito à posse do bem; ao contrário, a defesa de mérito foi somente baseada nos eventuais direitos de uma companheira que teve uma união estável desfeita, matéria que não deve ser discutida em ação de reintegração de posse. Mesmo que o ex companheiro tivesse saído de casa, ela teria que desocupar o imóvel pertencente à filha dele no momento em que fosse solicitado sem necessidade de ajuizamento de ação.

Por fim, afasto o pleito da Agravada relativo à condenação dos Agravantes às penas da litigância de má-fé, por entender que aqueles não praticaram conduta alguma das elencadas no art. 17, do CPC⁴.

Isto posto, **DOU PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento, mantendo-se a decisão interlocutória (fls. 136/138) em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator

⁴ Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- II - alterar a verdade dos fatos;
- III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
- VI - provocar incidentes manifestamente infundados.
- VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.